



O repórter, o detetive e a presidente

Dilma tem sido bem melhor que Lula ao tratar da imprensa. Mas agora deu um escorregão

EUGÊNIO BUCCI

04/10/2014 10h00 - Atualizado em 05/10/2014 13h34

A presidente da República tem um histórico de boas declarações sobre o jornalismo. Quando ganhou as eleições, em 2010, pronunciou um discurso histórico em que afirmou: “Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa”. Nesse quesito, Dilma Rousseff tem se mostrado mais esclarecida que seu antecessor. Este, sempre que se irritava, xingava os jornais de “partido de oposição”.

Não esqueçamos. Poucas semanas antes da vitória de Dilma, num comício na cidade de Campinas, num sábado, 18 de setembro de 2010, o ex-presidente Lula jogou pesado. “Tem dias em que alguns setores da imprensa são uma vergonha. Os donos de jornais deviam ter vergonha”. Em seguida, disse: “Vamos derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como partidos políticos. Não precisamos de formadores de opinião. Nós somos a opinião pública”.

Se fosse uma pessoa comum desabafando numa mesa de bar, tudo bem. Mas ali quem falava era o presidente da República. Ao conclamar seus eleitores a fazer do voto uma cruzada contra “jornais e revistas”, ele confundia propositalmente a opinião pública e intimidava ostensivamente os órgãos de imprensa. Confundia a opinião pública porque os jornais, por piores e mais tendenciosos que sejam, não são partidos, não funcionam como partidos e não devem ser tratados pela autoridade (o presidente da República) como se fossem partidos. Intimidava os órgãos de imprensa, porque insinuava que uma democracia não precisa de “formadores de opinião”, de “jornais que se comportam como partidos” e, finalmente, de imprensa. Aquele discurso de Lula foi uma lástima.

Para sorte dos eleitores, Dilma tem sido bem melhor que Lula nessa matéria. Agora, porém, ela escorregou. No dia 19 de setembro, abespinhada com o noticiário sobre negócios subterrâneos da Petrobras, disse que “não é possível” que jornalistas saibam de fatos que o governo ainda desconhece. E afirmou: “Não reconheço na imprensa o status que têm a Polícia Federal, o Ministério Público, e o Supremo (*Tribunal Federal*). Não é função da imprensa fazer a investigação, a função é divulgar”.

É claro que repórter não é detetive policial – e diretor de redação não é ministro do Supremo (seria um horror, por todos os motivos). Mas, dentro da sua ética própria, a

imprensa não apenas pode, como tem o dever de investigar. O escândalo atual da Petrobras é apenas mais um exemplo, entre milhares de outros. Ao qualificar a imprensa como simples “divulgadora” de investigações feitas por autoridades, Dilma decepcionou, errou a mão e enunciou um conceito de jornalismo derrubado faz tempo, no século XVIII.

Em 1769, um decreto do governo em Viena determinava que funcionários públicos repassassem aos jornalistas a lista de “decretos, dispositivos e outras coisas” que seriam adequadas para a divulgação pública. Naquele tempo, governantes mandavam, e redatores obedeciam. Depois, as coisas mudaram. Hoje, o governo não pode mais se arvorar a dizer aos jornalistas o que eles podem investigar, o que devem publicar, como criticar e a quem se opor. Em lugar de dar ordens a jornalistas, o Estado de Direito tem o dever de proteger a liberdade de que eles precisam para trabalhar.

É bem verdade que, no Brasil, onde até a década de 1970 a ditadura praticava a censura oficial, essas mudanças tardaram a chegar. Mas chegaram. E ficaram. Também aqui, a imprensa investiga. Investiga tanto que pode ajudar a derrubar presidentes (como Collor, em 1992) e ministros de Estado (alguns deles no governo Dilma). Diante disso, a declaração dela não parou de pé. Foi ridicularizada. Daí que, ou ela se corrigia, ou se desmoralizava. No mesmo final de semana, Dilma percebeu que havia falado bobagem e tentou estancar as reações (muito) negativas a seu palpite infeliz. “Fizeram uma confusão danada com minha declaração”, disse. “A imprensa investiga, investiga para informar e até para fornecer prova. Não é nem prova, o correto é indício.”

Melhor assim, sem dúvida. Mas faltou ênfase. Faltou precisão. Dilma deveria dizer que a imprensa não investiga porque pode, mas porque deve – e não para fornecer “indícios”, mas informações cruciais que podem virar provas lícitas. Deveria reconhecer expressamente que a imprensa pode muito bem saber de falcatruas que a Presidência da República desconhece. Dilma deveria, enfim, agradecer. Como ela mesma disse em 2010: “Prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras”. A sociedade também prefere presidentes democráticos a chefes autoritários.